CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Informações Trimestrais

Ano: 2026 Versão: 1

Sumário

CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Dados da Empresa 03

DFs Individuais 04

Comentário do Desempenho 17

Notas Explicativas 33

Pareceres e Declarações 06

Índice

Dados da Empresa

Dados da Empresa / Composição do Capital 07

Índice

DFs Individuais

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo 08

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo 09

DFs Individuais / Demonstração do Resultado 10

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente 11

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa 12

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 05

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado 16

Índice

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026 14

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025 15

Índice

Pareceres e Declarações

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 62

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 64

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 65

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.301.299.487
Preferenciais	6.301.299.488
Total	12.602.598.975
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
Renda Bruta	
Data da apuração	01/07/2026
Receita Bruta Consolidada	0
Data da apuração (comparativa)	30/09/2026
Receita Bruta Consolidada (comparativa)	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	4.400.574	4.258.856
1.01	Ativo Circulante	412.617	547.093
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	264.361	373.010
1.01.02	Aplicações Financeiras	68.720	51.025
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	68.720	51.025
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	68.720	51.025
1.01.03	Contas a Receber	57.381	50.152
1.01.03.01	Clientes	56.820	49.192
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	561	960
1.01.04	Estoques	4.651	4.808
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.733	7.662
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.733	7.662
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.771	60.436
1.02	Ativo Não Circulante	3.987.957	3.711.763
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.737.897	1.438.309
1.02.01.04	Contas a Receber	199.832	8.712
1.02.01.04.02	Depósitos judiciais	199.832	8.712
1.02.01.07	Tributos Diferidos	409.535	415.920
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	409.535	415.920
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.128.530	1.013.677
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	1.128.530	1.013.677
1.02.02	Investimentos	9	9
1.02.02.01	Participações Societárias	9	9
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	9	9
1.02.03	Imobilizado	14.422	17.532
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.422	17.532
1.02.04	Intangível	2.235.629	2.255.913
1.02.04.01	Intangíveis	2.235.629	2.255.913
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.176.726	2.252.814
1.02.04.01.02	Infraestrutura em construção	58.903	3.099

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	4.400.574	4.258.856
2.01	Passivo Circulante	222.481	196.642
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.635	10.739
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.635	10.739
2.01.02	Fornecedores	32.713	23.328
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	32.713	23.328
2.01.03	Obrigações Fiscais	26.107	9.488
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	26.107	9.488
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	97.282	104.165
2.01.04.02	Debêntures	97.282	104.165
2.01.05	Outras Obrigações	23.548	21.036
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	447	1.272
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	447	1.272
2.01.05.02	Outros	23.101	19.764
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	2.189	2.113
2.01.05.02.05	Outros	1.511	1.178
2.01.05.02.06	Receita acessória antecipada	12.681	10.721
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	6.720	5.752
2.01.06	Provisões	32.196	27.886
2.01.06.02	Outras Provisões	32.196	27.886
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	32.196	27.886
2.02	Passivo Não Circulante	2.514.967	2.410.016
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.359.559	2.243.570
2.02.01.02	Debêntures	2.359.559	2.243.570
2.02.02	Outras Obrigações	11.162	14.495
2.02.02.02	Outros	11.162	14.495
2.02.02.02.03	Passivo de arrendamento	11.162	14.495
2.02.04	Provisões	127.899	126.904
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	61.982	55.047
2.02.04.02	Outras Provisões	65.917	71.857
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	65.917	71.857
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	16.347	25.047
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	16.347	25.047
2.02.06.02.01	Receita Acessória Antecipada	16.347	25.047
2.03	Patrimônio Líquido	1.663.126	1.652.198
2.03.01	Capital Social Realizado	1.586.775	1.586.775
2.03.04	Reservas de Lucros	5.013	3.908
2.03.04.01	Reserva Legal	3.908	3.908
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.105	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	71.338	61.515

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	292.424	725.039	214.748	583.874
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-205.524	-493.750	-122.141	-368.251
3.03	Resultado Bruto	86.900	231.289	92.607	215.623
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.229	-29.289	-20.503	-45.941
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.163	-29.123	-20.565	-46.048
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	24	688	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-90	-854	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	62	107
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	76.671	202.000	72.104	169.682
3.06	Resultado Financeiro	-5.278	-95.311	-22.628	-94.587
3.06.01	Receitas Financeiras	56.708	162.414	21.887	34.251
3.06.02	Despesas Financeiras	-61.986	-257.725	-44.515	-128.838
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	71.393	106.689	49.476	75.095
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-24.269	-35.351	-17.051	-28.089
3.08.01	Corrente	-18.991	-28.965	-13.448	-22.868
3.08.02	Diferido	-5.278	-6.386	-3.603	-5.221
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	47.124	71.338	32.425	47.006
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	47.124	71.338	32.425	47.006

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	47.124	71.338	32.425	47.006
4.03	Resultado Abrangente do Período	47.124	71.338	32.425	47.006

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	173.167	367.821
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	437.792	414.796
6.01.01.01	Lucro do período	71.338	47.006
6.01.01.02	Depreciação e amortização	183.595	178.307
6.01.01.03	Baixa imobilizado e intangível	17.098	0
6.01.01.04	Provisão manutenção	32.389	18.381
6.01.01.05	Custo de captação amortizado das debêntures	10.242	5.085
6.01.01.06	Provisão de fornecedores	941	2.939
6.01.01.07	Provisão risco processual	12.009	-1.541
6.01.01.08	Variação monetária e encargos	92.067	46.566
6.01.01.10	Impostos correntes	28.965	22.868
6.01.01.11	Juros sobre contrato de arrendamento	1.466	1.011
6.01.01.12	Impostos diferidos	6.386	5.221
6.01.01.13	Juros sobre debêntures	143.265	72.878
6.01.01.14	Receita financeira sobre aplicações financeiras	-34.009	15.285
6.01.01.15	Ganho operacional arrendamento	-1.008	0
6.01.01.16	Juros sobre debêntures privadas	-114.853	0
6.01.01.17	AVP provisão de manutenção	-12.099	790
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-264.625	-46.975
6.01.02.01	Contas a receber	-7.628	-7.769
6.01.02.02	Estoque	157	1.084
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-2.071	-4.108
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-191.120	429
6.01.02.05	Adiantamentos	-3.585	1.814
6.01.02.06	Partes relacionadas	-426	-874
6.01.02.07	Fornecedores	-12.708	-13.028
6.01.02.08	Obrigações empregados e administradores	-104	482
6.01.02.09	Tributos a recolher	5.649	194
6.01.02.11	Pagamento outorga variável	76	102
6.01.02.13	Pagamento de Contingências	-5.074	-7.694
6.01.02.14	Outras obrigações e contas a pagar	330	1.822
6.01.02.15	Juros pagos sobre passivo de arrendamento	-1.466	-1.011
6.01.02.16	Consumo da provisão para manutenção	-21.920	0
6.01.02.17	Receita acessória antecipada	-6.740	-396
6.01.02.18	Impostos pagos sobre lucro	-17.995	-18.022
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-80.891	-106.915
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-407	-917
6.02.02	Aquisição de intangível	-96.798	-59.672
6.02.03	Aplicações financeiras	16.314	-46.326
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-200.925	1.069.919
6.03.01	Emissão de Debêntures	0	1.169.491
6.03.02	Pagamento de dívida	-31.500	-15.750
6.03.03	Juros e remuneração sobre dívida	-104.968	-44.685
6.03.04	Pagamento de passivo de arrendamento	-4.047	-4.283

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.03.05	Pagamento de dividendos	-60.410	-34.854
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-108.649	1.330.825
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	373.010	91.034
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	264.361	1.421.859

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.586.775	3.908	61.515	0	0	1.652.198
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.586.775	3.908	61.515	0	0	1.652.198
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-60.410	0	0	-60.410
5.04.06	Dividendos	0	0	-60.410	0	0	-60.410
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	71.338	0	71.338
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	71.338	0	71.338
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.586.775	3.908	1.105	71.338	0	1.663.126

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.451.400	0	0	-842.518	0	1.608.882
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.451.400	0	0	-842.518	0	1.608.882
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-864.625	0	0	864.625	0	0
5.04.08	Redução de Capital	-864.625	0	0	864.625	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-34.853	47.006	0	12.153
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-34.853	47.006	0	12.153
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.586.775	0	-34.853	69.113	0	1.621.035

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
7.01	Receitas	778.490	632.536
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	621.482	563.631
7.01.02	Outras Receitas	-167	107
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	157.175	68.798
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-259.630	-156.492
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-102.455	-87.694
7.02.04	Outros	-157.175	-68.798
7.02.04.01	Custo de construção	-157.175	-68.798
7.03	Valor Adicionado Bruto	518.860	476.044
7.04	Retenções	-183.595	-178.307
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-183.595	-178.307
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	335.265	297.737
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	162.414	34.251
7.06.02	Receitas Financeiras	162.414	34.251
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	497.679	331.988
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	497.679	331.988
7.08.01	Pessoal	49.329	49.245
7.08.01.01	Remuneração Direta	34.124	34.594
7.08.01.02	Benefícios	11.124	10.838
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.758	2.611
7.08.01.04	Outros	1.323	1.202
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	115.789	102.525
7.08.02.01	Federais	66.218	57.635
7.08.02.02	Estaduais	18.644	16.909
7.08.02.03	Municipais	30.927	27.981
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	261.223	133.212
7.08.03.01	Juros	238.762	119.867
7.08.03.02	Aluguéis	3.498	4.374
7.08.03.03	Outras	18.963	8.971
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	71.338	47.006
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	71.338	47.006


RELEASE DE
RESULTADOS
3° TRIMESTRE
2026
ri.cartsp.com.br
CART



Introdução

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia" ou "CART") apresenta aos seus investidores, credores e ao mercado em geral o Release de Resultados referente ao terceiro trimestre de 2026.

As informações financeiras e operacionais a seguir apresentadas, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os valores e dados que não constam nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas não foram objeto de revisão ou auditoria pelos auditores independentes.

Nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., bem como as respectivas demonstrações financeiras relativas ao período apresentado.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicadas de forma consistente com as principais práticas contábeis descritas nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

As informações financeiras e operacionais, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em milhares de reais, e as comparações referem-se ao mesmo período anterior.

As informações não financeiras, bem como demais informações operacionais apresentadas neste release, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos deste release podem apresentar pequenas variações decorrentes de arredondamentos.

Sumário Executivo

A Companhia 4

Desempenho Operacional 5

TRÁFEGO PEDAGIADO 5

TARIFA MÉDIA 6

Desempenho Econômico-Financeiro 7

RECEITA OPERACIONAL 7

CUSTOS E DESPESAS 8

EBITDA E EBITDA AJUSTADO 9

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO 10

RESULTADO FINANCEIRO 10

IR e CSLL 11

RESULTADO LÍQUIDO 11

Endividamento 12

Investimentos Realizados 12

Considerações Finais 13

PERSPECTIVA E PLANOS 13

AUDITORES INDEPENDENTES 13

CONSIDERAÇÕES 14

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 80/22) 14

Anexos 15

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO 15

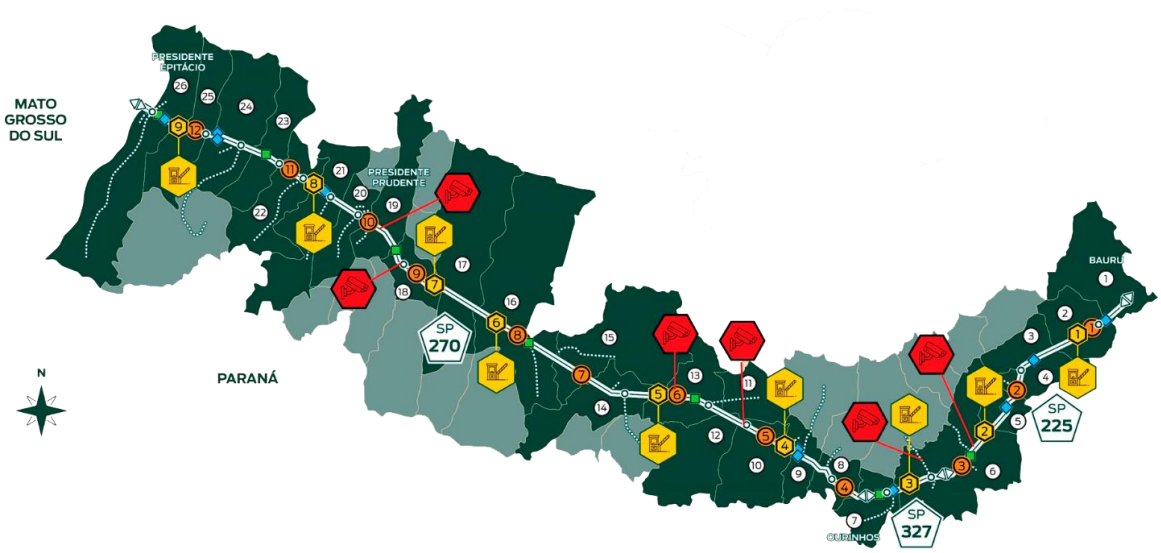
BALANÇO PATRIMONIAL 16

A Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART é uma empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. – IBH II, sociedade de propósito específico cujo objeto social consiste exclusivamente na administração, operação, manutenção e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP).

A CART detém, até 2039, a concessão para exploração das rodovias estaduais SP-225 – João Baptista Cabral Rennó, SP-327 – Orlando Quagliato e SP-270 – Raposo Tavares, totalizando **aproximadamente 834 quilômetros de extensão**, no trecho compreendido entre os municípios de Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo.

Imagem 01 – Mapa rodoviário integral, contendo os 834 quilômetros de extensão

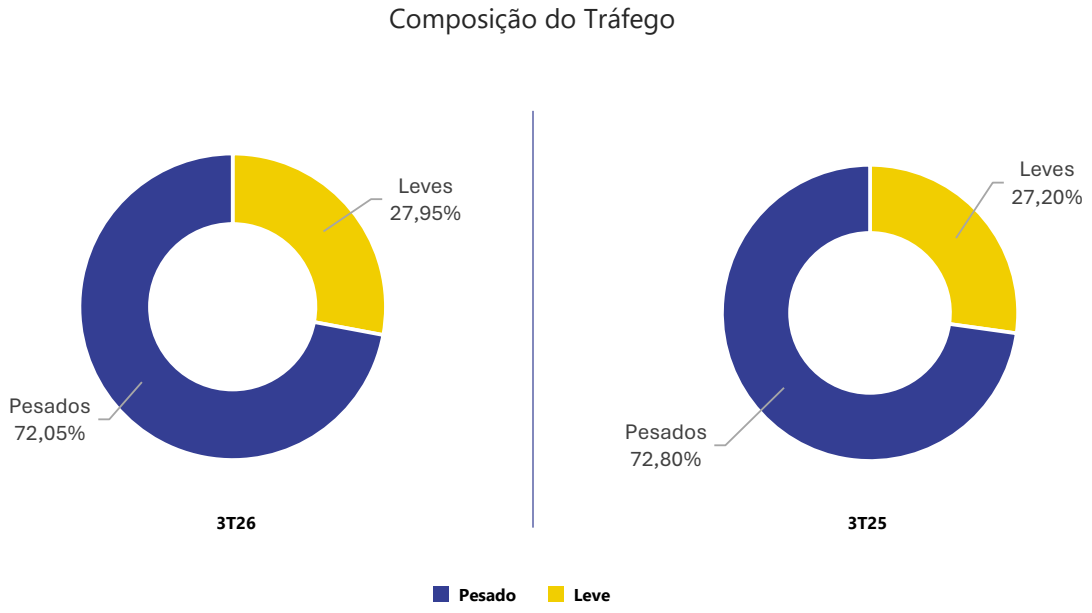


As rodovias administradas pela CART **atravessam 34 municípios, conectando-se à SP-280 – Rodovia Castelo Branco e estabelecendo ligações estratégicas com os estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná.** Esse corredor desempenha um papel fundamental no escoamento da produção agroindustrial, bem como no **transporte de bens e pessoas**, contribuindo de forma relevante para a **integração logística, econômica e social das regiões atendidas e do país**.

Desempenho Operacional

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (milhões)	3T26	3T25	Δ%
Total	**18,62**	**17,83**	**4,4%**
Leves	5,20	4,85	7,3%
Pesados	13,42	12,98	3,4%



No **3T26**, os **veículos pesados** representaram **72,05% do tráfego total em veículos equivalentes** da **CART**, enquanto os **veículos leves** corresponderam a **27,95%**. O crescimento de **3,4% no tráfego de veículos pesados** foi impulsionado, principalmente, pelo desempenho do transporte de cargas agrícolas e industriais, com destaque para o escoamento de produtos do agronegócio e da indústria regional, além da manutenção de níveis elevados de atividade logística nos corredores atendidos pela concessão.

Entre os trimestres, os **veículos equivalentes totais** representaram crescimento de **4,4% do tráfego** da CART. Esse desempenho reflete a resiliência e a consistência do transporte de cargas, sustentadas por setores estratégicos da economia e pela confiabilidade da infraestrutura viária operada pela Companhia. Já o tráfego de **veículos leves** foi positivamente impactado por fatores sazonais e pelo aumento da mobilidade regional.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R$/ Veic. Equiv.)	3T26	3T25	Δ%
Tarifa Média	11,73	11,19	4,8%

Tarifa por Praça	2026	2025
Piratininga	10,7	10,2
Santa Cruz do Rio Pardo	10,4	9,9
Ourinhos	10,8	10,3
Palmital	12,8	12,2
Assis	13,3	12,7
Regente Feijó	10,9	10,4
Rancharia	10,9	10,4
Presidente Bernardes	14,4	13,7
Caiuá	10,8	10,3

A **tarifa média** registrada pela **CART** foi de **R$ 11,73 no 3T26**, representando uma **variação de 4,8%** em relação ao mesmo período do ano anterior. No mesmo período do ano de **2025**, a tarifa média atingiu **R$ 11,19**.

A evolução tarifária nas praças de pedágio sob concessão da CART reflete, principalmente, a **variação do IPCA acumulado** no período, conforme previsto no contrato de concessão. Adicionalmente, eventuais variações acima da inflação decorrem de **reequilíbrios econômico-financeiros**, acionados em função de alterações nas condições originalmente pactuadas, incluindo ajustes regulatórios e contratuais aprovados pelo Poder Concedente.

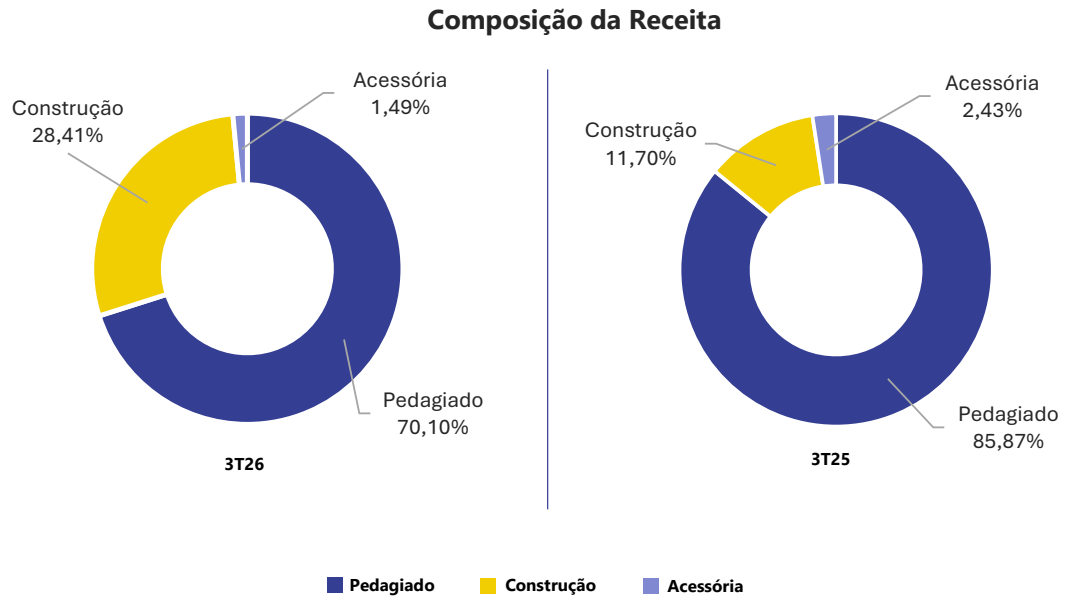
Atualmente, a tarifa praticada em cada uma das nove praças de pedágio da CART está indicada na última tabela tarifária. A diferença entre a tarifa praticada e a tarifa média registrada decorre da composição do tráfego, da ponderação por tipo de veículo e das características específicas de cada praça, refletindo adequadamente a dinâmica operacional e regulatória da concessão.

O **reajuste tarifário** ocorre anualmente, com **data-base em maio (4,8%) e tem sua vigência aplicada em julho**, em linha com as disposições contratuais e regulatórias aplicáveis, assegurando a recomposição inflacionária e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Desempenho Econômico-Financeiro

RECEITA OPERACIONAL

Mil (R$)	3T26	3T25	Δ%
Receita Bruta	**311.687**	**232.390**	**34,1%**
Receita de Pedágio	218.488	199.555	9,5%
Receita de Construção	88.543	27.181	225,8%
Receita Acessória	4.656	5.654	-17,7%
Deduções	**(19.262)**	**(17.642)**	**9,2%**
Receita Operacional Líquida	**292.424**	**214.748**	**36,2%**
Receita Operacional Líquida Ajustada	**203.882**	**187.567**	**8,7%**



Receita de Pedágio

A **Receita de Pedágio** da **CART** totalizou **R$ 218.488 mil no 3T26**, representando um **crescimento de 9,5%** em comparação ao **3T25**. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo **maior volume de tráfego** nas rodovias sob concessão, com destaque para a evolução do tráfego de **veículos pesados**, além dos **reajustes tarifários** aplicados no período, conforme previsão contratual.

No trimestre, a composição da receita refletiu a dinâmica operacional da concessão, com predominância do tráfego de cargas, em linha com o perfil logístico do corredor atendido pela CART e com a relevância da rodovia para o escoamento da produção regional.

Receita de Construção

A Receita de Construção da CART totalizou R$ 88.543 mil no 3T26, representando um aumento de 225,8% em relação ao 3T25.

Essa linha de receita é registrada exclusivamente para fins contábeis, em conformidade com as normas aplicáveis, não gerando impacto no caixa da Companhia, uma vez que possui contrapartida equivalente nos Custos dos Serviços de Construção.

Receita Acessória

A Receita Acessória da CART **totalizou R$ 4.656 mil no 3T26**, apresentando variação de **-17,7% em relação ao 3T25**.

A redução dessa linha de receita decorreu, principalmente, da menor exploração de serviços acessórios relacionados à locação de fibra óptica. No mesmo período anterior, essas atividades totalizaram R$ 5.350 mil, ante R$ 4.354 mil no período atual, representando uma redução de R$ 996 mil, equivalente a 18,6%.

Essa linha também contempla outras receitas provenientes de serviços de ocupação da faixa de domínio e de demais atividades previstas contratualmente, reforçando a diversificação das fontes de receita da Companhia e a geração de valor adicional, sem demandar alterações relevantes em sua estrutura de custos.

CUSTOS E DESPESAS

Mil (R$)	3T26	3T25	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	**(48.896)**	**(50.164)**	**-2,5%**
Pessoal	(18.100)	(19.848)	**-8,8%**
Conservação e Manutenção	(8.543)	(7.491)	**14,0%**
Seguros	(429)	(1.068)	**-59,8%**
Poder Concedente	(6.694)	(6.156)	**8,7%**
Serviços de Terceiros	(10.649)	(11.104)	**-4,1%**
Locações de Máquinas e Imóveis	(4)	(181)	**-97,8%**
Outras Despesas Operacionais	(4.477)	(4.316)	**3,7%**
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	**(166.791)**	**(92.542)**	**80,2%**
Depreciação e Amortização	(62.261)	(60.463)	**3,0%**
Custo de Construção de Obra	(88.543)	(27.181)	**225,8%**
Provisão de Manutenção	(12.369)	(4.681)	**164,2%**
Provisão para Contingências	(3.618)	(217)	**1567,3%**
Custos e Despesas Operacionais	**(215.687)**	**(142.706)**	**51,1%**

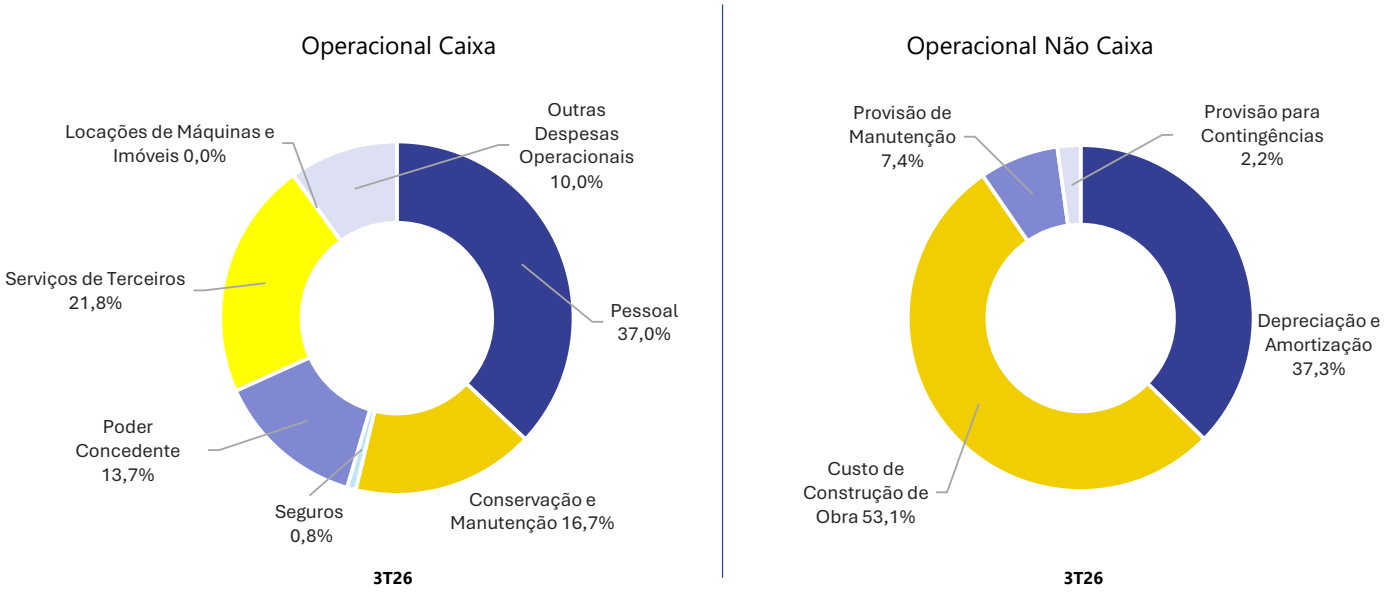
No **3T26**, os custos e despesas operacionais da CART **totalizaram R$ 215.687 mil**, representando um **aumento de 51,2%** em relação ao mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando os efeitos não caixa, os custos e despesas operacionais com impacto **caixa totalizaram R$ 48.896 mil no 3T26**, representando uma **redução de 2,4%** em relação ao 3T25.

Essa variação foi influenciada, principalmente, **pela elevação dos custos não caixa**, com destaque para os **custos de construção de obras**, que atingiram R$ 88.543 mil, **crescimento de 225,8%** em relação ao mesmo período anterior.

Cabe destacar que os custos de construção possuem contrapartida na linha de receitas de construção, que apresentou igual montante no período, em conformidade com o tratamento contábil aplicável aos contratos de concessão. Dessa forma, esse aumento não representa, isoladamente, uma deterioração do resultado operacional da Companhia.

Composição dos Custos e Despesas – 3T26



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

Mil (R$)	3T26	3T25	Δ%
Lucro Líquido	**47.124**	**32.425**	**45,3%**
(+) Depreciação e Amortização	(62.261)	(60.463)	3,0%
(+) Resultado Financeiro	(5.278)	(22.628)	-76,7%
(+) IR e CSLL	(24.269)	(17.051)	42,3%
EBITDA RCVM 156/22	**138.932**	**132.567**	**4,8%**
Margem EBITDA (% s/ ROL ajustada)	68,14%	70,68%	-3,6%
(+) Provisão de Manutenção	(12.369)	(4.681)	164,2%
EBITDA Ajustado	**151.301**	**137.248**	**10,2%**
Margem EBITDA Ajustado (%)	74,21%	73,17%	1,4%

No **3T26**, o **EBITDA** da **CART** totalizou **R$ 138.932 mil**, representando um **crescimento de 4,8%** em relação ao **3T25**. A **margem EBITDA** atingiu **68,14%**, com redução de **3,6%** na comparação trimestral. Essa variação reflete de maneira sensível o aumento da Receita de Pedágio em comparação aos Custos e Despesas Operacionais.

O **EBITDA Ajustado**, métrica considerada pela Companhia como a mais representativa da **geração de caixa operacional**, totalizou **R$ 151.301 mil no 3T26**, apresentando **alta de 10,2%** em relação ao mesmo período do ano anterior, com **margem EBITDA Ajustada de 74,21%**, aumento de 1,4% comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Mil (R$)	3T26	3T25	Δ%
Depreciação e Amortização	**(62.261)**	**(60.463)**	**2,97%**

A **depreciação e amortização** da **CART** totalizou **R$ 62.261 mil no 3T26**, representando um **aumento de 2,97%** em relação ao **3T25**.

RESULTADO FINANCEIRO

Mil (R$)	3T26	3T25	Δ%
Resultado Financeiro	**(5.278)**	**(22.628)**	**-76,7%**
Receitas Financeiras	**56.708**	**21.887**	**159,1%**
Juros sobre Aplic. Financeiras	10.954	21.825	-49,8%
Juros sobre Debêntures	40.225	-	-
Outros	5.529	62	8817,7%
Despesas Financeiras	**(61.986)**	**(44.515)**	**39,2%**
Comissões e Despesas Bancárias	(31)	(35)	-11,4%
Variação Monetária Passiva	(5.619)	(8.410)	-33,2%
Juros sobre Debêntures	(54.079)	(34.002)	59,0%
Outros	(2.257)	(2.068)	9,1%

Inflação e Juros	3T26	3T25	p.p.%
IPCA últimos 12 meses	4,58%	5,17%	-11,4%
CDI acumulado últimos 12 meses	14,47%	13,29%	8,9%

A **CART** registrou **resultado financeiro negativo de R$ 5.278 mil no 3T26**, representando uma **melhora de 76,7%** em relação ao **3T25**. Esse desempenho decorreu, principalmente, do crescimento das receitas financeiras, que totalizaram R$ 56.708 mil, alta de 159,1% em relação ao 3T25. O aumento das receitas financeiras compensou parcialmente a elevação das despesas financeiras, que somaram R$ 61.986 mil, crescimento de 39,2% no período.

Da mesma forma, o crescimento das **receitas financeiras** no período refletiu a **maior disponibilidade de caixa**, aliada à elevação do **CDI** na comparação com o **3T25**, mitigando o impacto do aumento das despesas financeiras.

IR e CSLL

Mil (R$)	3T26	3T25	Δ%
IR e CSLL	**(24.269)**	**(17.051)**	**42,3%**
Corrente	(18.991)	(13.448)	41,2%
Diferido	(5.278)	(3.603)	46,5%

No **3T26**, a **CART** contabilizou **despesa de R$ 24.269 mil** com **Imposto de Renda (IR)** e **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**, representando um **aumento de 42,3%** em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento é explicado, principalmente, pelo **maior lucro antes dos impostos** registrado no período, decorrente do **melhor desempenho operacional** da Companhia.

RESULTADO LÍQUIDO

Mil (R$)	3T26	3T25	Δ%
Resultado Líquido	**47.124**	**32.425**	**45,3%**

No **3T26**, a **CART** registrou **resultado líquido positivo de R$ 47.124 mil**, refletindo, principalmente, o alto controle dos **custos e despesas da companhia**, além de um **controle equilibrado sobre o resultado financeiro**. Esses fatores contribuíram para um resultado contábil favorável, enquanto a Companhia segue apresentando **melhora na performance operacional,** há um crescimento **real** do tráfego.

Endividamento

Mil (R$)	3T26	3T25	Δ%
Dívida Bruta	**2.456.841**	**2.391.351**	**2,7%**
Curto Prazo	97.282	76.860	26,6%
Longo Prazo	2.359.559	2.314.491	1,9%
Posição de Caixa	**333.081**	**1.462.884**	**-77,2%**
Caixa e Equivalentes de Caixa	264.361	1.421.859	-81,4%
Aplicações Financeiras Vinculadas	68.720	41.025	67,5%
Dívida Líquida	**2.123.760**	**928.467**	**128,7%**

Ao final do **3T26**, a **CART** registrou **dívida bruta de R$ 2.456.841 mil**. A **posição de caixa** atingiu **R$ 333.081 mil**, refletindo a manutenção de um nível adequado de liquidez para suportar as necessidades operacionais e financeiras da Companhia. Como resultado, a **dívida líquida** totalizou **R$ 2.123.760 mil**, apresentando **crescimento em relação ao 3T25**, em função da dinâmica de endividamento e do cronograma de investimentos e amortizações no período.

Investimentos Realizados

Mil (R$)	9M26	9M25	Δ%
Investimento Total	**123.171**	**90.943**	**35,4%**
Imobilizado	407	1.290	-68,4%
Intangível	122.764	89.653	36,9%

No **9M26**, a **CART** realizou **investimentos de R$ 123.171 mil**, representando um aumento **de 35,4%** em relação ao **9M25**.

Os investimentos realizados no período foram direcionados, majoritariamente, para **obras de duplicação e melhorias em trechos estratégicos**, além de intervenções voltadas à **manutenção da infraestrutura**, **segurança viária** e **qualidade operacional** da rodovia. O avanço dessas obras reforça o compromisso da Companhia com a ampliação da capacidade, a fluidez do tráfego e a melhoria contínua do nível de serviço aos usuários.

Considerações Finais

PERSPECTIVA E PLANOS

A CART segue comprometida com a excelência na gestão de suas rodovias, essenciais para a fluidez do transporte de cargas entre São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, garantindo qualidade e segurança aos usuários. Nos últimos anos, importantes investimentos foram concluídos, incluindo a duplicação de trechos, a construção de alças de acesso e retorno, além de viadutos e passarelas.

Além das melhorias na infraestrutura, a Companhia consolidou e aprimorou iniciativas estratégicas, como o programa ESG, que fortalece seu compromisso com a sustentabilidade, e o INOVACART, voltado para a inovação. Com uma gestão focada em evolução contínua, a CART reafirma seu papel como referência no setor rodoviário.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2026: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*IFRS*"); e revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

CONSIDERAÇÕES

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 80/22)

A Diretoria da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. declara, nos termos da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com a conclusão expressa no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 30 de setembro de 2026.

Bauru, 12 de novembro de 2026

Presidente - CEO
Henrique Avila

Diretor de Relações com Investidores
Gilson Carvalho

Anexos

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

Mil (R$)	3T26	3T25	Δ%
Receita Operacional Líquida	292.424	214.748	36,2%
Custo dos Serviços Prestados	(205.524)	(122.141)	68,3%
Lucro Bruto	**86.900**	**92.608**	**-6,2%**
Gerais e Administrativas	(10.163)	(20.565)	-50,6%
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas	(66)	62	-206,5%
Resultado Operacional	**76.671**	**72.105**	**6,3%**
Receitas Financeiras	56.708	21.887	159,1%
Despesas Financeiras	(61.986)	(44.515)	39,2%
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**71.393**	**49.476**	**44,3%**
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(5.278)	(3.603)	46,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(18.991)	(13.448)	41,2%
Resultado do Período	**47.124**	**32.425**	**45,3%**

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo - mil (R$)	3T26	4T25
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	264.361	373.010
Aplicação Financeira Vinculada	68.720	51.025
Contas a receber	56.820	49.192
Estoques	4.651	4.808
Tributos a recuperar	3.218	6.481
IRPJ e CSLL a recuperar	6.515	1.181
Adiantamentos a fornecedores	7.771	60.436
Partes relacionadas	561	960
Total do Circulante	**412.617**	**547.093**
Ativo Não Circulante		
Impostos diferidos ativos	409.535	415.920
Debêntures	1.128.530	1.013.677
Depósitos judiciais	199.832	8.712
Outros	9	9
Imobilizado	14.422	17.532
Infraestrutura em andamento	58.903	3.099
Intangível	2.176.726	2.252.814
Total do Não Circulante	**3.987.957**	**3.711.763**
TOTAL DO ATIVO	**4.400.574**	**4.258.856**

Passivo - mil (R$)	3T26	4T25
Passivo Circulante		
Fornecedores	32.713	23.328
Debêntures	97.282	104.165
Outras Contas a pagar	1.511	1.178
Tributos a recolher	8.647	8.332
IRPJ e CSLL a recolher	17.460	1.156
Obrigações com empregados e admin.	10.635	10.739
Credor pela Concessão	2.189	2.113
Partes relacionadas	447	1.272
Receita Acessória Antecipada	12.681	10.721
Passivo de arrendamento	6.720	5.752
Provisão para manutenção	32.196	27.886
Total do Circulante	**222.481**	**196.642**
Passivo Não Circulante		
Passivo de arrendamento	11.162	14.495
Debêntures	2.359.559	2.243.570
Provisão para riscos processuais	61.982	55.047
Receita Acessória Antecipada	16.347	25.047
Provisão para manutenção	65.917	71.857
Total do Não Circulante	**2.514.967**	**2.410.016**
TOTAL DO PASSIVO	**2.737.448**	**2.606.658**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	1.586.775	1.586.775
Reserva Legal	3.908	3.908
Reserva de Lucros	1.105	61.515
Lucros Acumulados	71.338	-
Total do Patrimônio Líquido	**1.663.126**	**1.652.198**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.400.574**	**4.258.856**

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 SETEMBRO DE 2026
(Em milhares de reais - R$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias, foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - "Interim Financial Report" emitida pelo "International Accounting Standards Board" - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais - ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Informações Trimestrais - ITR.

2.2 Bases de apresentação

Estas Informações Trimestrais - ITR foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis materiais, consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 divulgadas em 27 de fevereiro de 2026 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2025 não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As emissões das informações contábeis intermediárias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 12 de novembro de 2026.

2.3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual.

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações contábeis intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	978	1.659
Aplicações financeiras certificados de Depósito Bancário - CDB	263.383	371.351
Total	264.361	373.010

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 30 de setembro de 2026, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 99,63% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 99,40% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 24.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	Taxa Média	Indexador	30/09/2026	31/12/2025
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado Compromissadas com Debêntures (*)	99,49%	CDI	68.720	51.025

(*) As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 3ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

Mensalmente, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Para a 3ª Emissão de Debêntures Simples, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 1/6 (um sexto) do serviço da dívida semestral das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o semestre em questão. Em junho e dezembro, os valores constituídos, ficam disponíveis para resgate e quitação do pagamento.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 24.

5. CONTAS A RECEBER

	30/09/2026	31/12/2025
Pedágio eletrônico a receber (*)	55.873	49.025
Locação de fibra óptica (**)	475	93
Outros	471	74
Total	56.820	49.192
A vencer	56.819	48.477
Vencidos	1	715
Total	56.820	49.192

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.

(**) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio, cabos de energia e regularização de acessos.

A Companhia avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito esperados, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido) e informações prospectivas (“forward-looking”). A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 30 de setembro de 2026. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 24.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

6. ESTOQUE

	30/09/2026	31/12/2025
Material para pavimentação	373	297
Elementos de proteção e segurança	854	904
Material de sinalização	2.754	2.945
Outros	670	662
Total	4.651	4.808

7. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Tributos a recuperar:

	30/09/2026	31/12/2025
IRRF sobre aplicações financeiras	2.993	6.181
Outros	225	300
Total circulante	3.218	6.481

b) IRPJ e CSLL a recuperar:

	30/09/2026	31/12/2025
Antecipações do exercício (IRPJ)	6.236	1.023
Antecipações do exercício (CSLL)	279	158
Total circulante	6.515	1.181

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, passivos e resultado:

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Ativos/ Passivos				
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	Saldo líquido em 30 de setembro de 2026
Prejuízo fiscal - IR	291.325	-	(9.452)	(9.452)	281.873
Base negativa - CS	105.314	-	(3.401)	(3.401)	101.913
Provisão para manutenção	33.908	98	-	98	34.006
Provisão para contingências	22.184	1.543	-	1.543	23.727
Atualização de Depósitos Judiciais	5.305	325	-	325	5.630
Outras diferenças temporárias	1.668	2.023	-	2.023	3.692
Total do ativo fiscal diferido	459.704	3.989	(12.853)	(8.864)	450.841
Amortização de direito de concessão	(30.716)	1.276	-	1.276	(29.440)
Custo de Captação	(6.240)	342	-	342	(5.898)
Margem de construção	(5.596)	791	-	791	(4.805)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.232)	69	-	69	(1.163)
Total do passivo fiscal diferido	(43.784)	2.478	-	2.478	(41.306)
	415.920	6.467	(12.853)	(6.386)	409.535

	Ativos/ Passivos				
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	Saldo líquido em 30 de setembro de 2025
Prejuízo fiscal - IR	303.612	(7.342)	-	(7.342)	296.270
Base negativa - CS	109.737	(2.643)	-	(2.643)	107.094
Provisão para manutenção	25.412	6.518	-	6.518	31.930
Provisão para contingências	28.629	(3.193)	-	(3.193)	25.436
Atualização de Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-
Outras diferenças temporárias	2.192	(1.040)	-	(1.040)	1.152
Total do ativo fiscal diferido	469.582	(7.700)	-	(7.700)	461.882
Amortização de direito de concessão	(33.034)	1.739	-	1.739	(31.295)
Custo de Captação	(6.711)	353	-	353	(6.358)
Margem de construção	(6.018)	317	-	317	(5.701)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.325)	70	-	70	(1.255)
Total do passivo fiscal diferido	(47.088)	2.479	-	2.479	(44.609)
	422.494	(5.221)	-	(5.221)	417.273

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia reconheceu no resultado de nove meses o valor de R$6.386 de imposto fiscal diferido (em 30 de setembro de 2025, a Companhia reconheceu o valor de R$5.221).

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Companhia atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.

-	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Total de impostos diferidos
2026	3.282	(826)	2.456
2027	4.926	(3.304)	1.622
2028	10.918	(3.304)	7.614
2029	12.679	(3.304)	9.375
2030	16.920	(3.304)	13.616
Após 2031	402.116	(27.264)	374.852
	450.841	(41.306)	409.535

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

d) Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	71.393	106.689	49.476	75.095
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	(24.274)	(36.274)	(16.822)	(25.532)
Multas e outras despesas indedutíveis	(485)	(1.669)	(1.628)	(4.799)
Outras adições e exclusões permanentes	490	2.592	1.399	2.242
Imposto de renda e contribuição social resultado	(24.269)	(35.351)	(17.051)	(28.089)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(18.991)	(28.965)	(13.448)	(22.868)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(5.278)	(6.386)	(3.603)	(5.221)
	(24.269)	(35.351)	(17.051)	(28.089)
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	34%	33%	34%	37%

8. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding II e controladora final o Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Transações com partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas Informações financeiras intermediárias.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Debêntures Privativas

No dia 27 de novembro de 2025, a Infraestrutura Holding Brasil VI emitiu 100.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$10, totalizando R$1.000.000, das quais a Companhia é titular.

As Debêntures têm o prazo de vencimento de 181 meses, com vencimento em 31 de dezembro de 2036 e conferem à Companhia o direito ao recebimento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI.

As informações sobre os detalhamentos do principal, juros e saldo estão incluídas na nota explicativa nº 11.

	30/09/2026				30/09/2026	30/09/2025
			Ativo	Passivo		
Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Circulante	Circulante	Resultado	Resultado
Eixo SP Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	(118)	-	-
IBH I Serviços e Participações	Prestação de serviço	Coligada	-	(329)	766	(944)
Via Raposo	Compartilhamento de despesas	Coligada	561	-	-	-
Total			561	(447)	766	(944)

			30/09/2025		30/09/2025	30/09/2024
Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Resultado	Resultado
Eixo SP Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	(103)	-	-
IBH I Serviços e Participações	Prestação de serviço	Coligada	-	(844)	(944)	(4.396)
Via Araucária	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	(400)	-	-
Infraestrutura Brasil Holding 34	Compartilhamento de despesas	Coligada	908	-	-	-
Total			908	(1.347)	(944)	(4.396)

(a) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 30 de abril de 2026, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R$10.000 (R$5.294 em 23 de maio de 2025). A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

Composição	30/09/2026	30/09/2025
Pró-labore	1.056	1.079
Bônus variáveis	1.909	1.559
Encargos	665	771
Outros benefícios	174	53
Total	3.804	3.462

9. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferência	30/09/2026
Custo						
Instalações	25	763	-	-	-	763
Máquinas e equipamentos	6	23.798	270	-	-	24.068
Móveis e utensílios	6	4.949	-	-	-	4.949
Veículos	5	27.295	101	(696)	-	26.700
Equipamentos de informática	7	44.016	32	-	-	44.048
Ferramentas e aparelhos	-	2.313	4	-	-	2.317
Total		103.134	407	(696)	-	102.845
Depreciação acumulada						
Instalações		(217)	(42)	-	-	(259)
Máquinas e equipamentos		(11.522)	(1.626)	-	-	(13.148)
Móveis e utensílios		(4.549)	(124)	-	-	(4.673)
Veículos		(25.602)	(580)	581	-	(25.601)
Equipamentos de informática		(42.651)	(881)	-	-	(43.532)
Ferramentas e aparelhos		(1.061)	(149)	-	-	(1.210)
Total		(85.602)	(3.402)	581	-	(88.423)
Imobilizado líquido		17.532	(2.995)	(115)	-	14.422

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

	Vida útil em anos	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	30/09/2025
Custo						
Instalações	25	517	-	-	-	517
Máquinas e equipamentos	6	25.375	319	-	(21)	25.673
Móveis e utensílios	6	4.949	25	-	-	4.974
Veículos	5	30.396	319	-	-	30.715
Equipamentos de informática	7	46.441	585	-	(358)	46.668
Ferramentas e aparelhos	-	2.264	42	-	7	2.313
Total		109.942	1.290	-	(372)	110.860
Depreciação acumulada						
Instalações		(162)	(42)	-	-	(204)
Máquinas e equipamentos		(11.105)	(1.690)	-	-	(12.795)
Móveis e utensílios		(4.405)	(127)	-	-	(4.532)
Veículos		(23.514)	(4.218)	-	-	(27.732)
Equipamentos de informática		(43.563)	(945)	-	-	(44.508)
Ferramentas e aparelhos		(865)	(146)	-	-	(1.011)
Total		(83.614)	(7.168)	-	-	(90.782)
Imobilizado líquido		26.328	(5.878)	-	(372)	20.078

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais e nos contratos de debêntures.

10. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	Vida útil em anos	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências (*)	30/09/2026
Custo						
Software	5	16.673	727	(12)	-	17.388
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão (*)		3.350.916	117.669	(16.299)	-	3.452.286
Outorga fixa (**)		634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso		34.175	2.939	(6.586)	-	30.528
Total		4.035.784	121.335	(22.897)	-	4.134.222
Amortização						
Software		(12.525)	(346)	-	-	(12.871)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(1.402.097)	(159.758)	196	-	(1.561.659)
Outorga fixa		(354.299)	(15.850)	-	-	(370.149)
Direito de uso		(14.027)	(5.107)	6.337	-	(12.797)
Amortização acumulada		(1.782.968)	(181.061)	6.533	-	(1.957.496)
Saldo intangível líquido		2.252.816	(59.726)	(16.364)	-	2.176.726
Infraestrutura em construção (***)		3.099	1.429	-	-	4.528
Adiantamento de Infraestrutura em construção		-	56.250	(1.875)	-	54.375

	Vida útil em anos	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências (*)	30/09/2025
Custo						
Software	5	15.326	1.019	-	-	16.345
Marcas e patentes	10	414	-	-	-	414
Direito de concessão (**)		3.272.657	63.955	-	59	3.336.671
Outorga fixa (**)		634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso		14.958	17.860	-	-	32.818
Total		3.937.355	82.834	-	59	4.020.248
Amortização						
Software		(12.162)	(310)	-	-	(12.472)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(1.213.117)	(151.450)	-	-	(1.364.567)
Outorga fixa		(333.165)	(15.850)	-	-	(349.015)
Direito de uso		(8.640)	(3.527)	-	-	(12.167)
Amortização acumulada		(1.567.104)	(171.137)	-	-	(1.738.241)
Saldo intangível líquido		2.370.251	(88.303)	-	59	2.282.007
Infraestrutura em construção (***)		1.687	6.819	-	313	8.819

(*) O saldo refere-se a itens transferidos de infraestrutura em construção para o intangível, em função da conclusão de trechos de obras em rodovias.

(**) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(***) Refere-se a obras e serviços de expansão em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis. As principais naturezas referem se a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros. As adições incluem R$56.250 transferidos de adiantamentos e a baixa de R$1.875 refere-se a primeira parcela do adiantamento.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01 (R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de “impairment” da Companhia e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2026 e 2025, os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de “impairment”.

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

11. DEBÊNTURES PRIVATIVAS - PARTES RELACIONADAS

	31/12/2025	Provisão Juros	30/09/2026
Ativo não circulante			
Debêntures	1.013.677	114.853	1.128.530
Total geral	1.013.677	114.853	1.128.530

Debêntures - 1ª emissão

As debêntures descritas a seguir referem-se a títulos de dívida emitidos por terceiros, dos quais a Companhia é detentora, na condição de debenturista, fazendo jus ao recebimento do valor principal e dos respectivos encargos financeiros, conforme as condições estabelecidas na escritura de emissão.

Em reunião do Conselho de Administração da Emissora (Infraestrutura Brasil Holding VI AS - IBH VI), realizada em 26 de novembro de 2025 (RCA da Emissora - 26.11.2025), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o nº 5.133.228/25-9 em 3 de dezembro de 2025, foi aprovada a realização da primeira emissão privada de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única de acordo com a Instrução CVM nº 160 e alterada pela resolução CVM nº 226.

Foram emitidas 100.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$10, totalizando R$1.000.000, das quais a Companhia é titular. A emissão se deu em série única no dia 27 de novembro de 2025.

As Debêntures têm o prazo de vencimento de 181 meses, com vencimento em 31 de dezembro de 2036 e conferem à Companhia o direito ao recebimento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, disponibilizado em sua página na internet (http://www.b3.com.br/pt_br) (“Taxa DI”) acrescidos, exponencialmente, de uma sobretaxa de 1% (um inteiro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, “pro rata temporis”, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Início da Rentabilidade até a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) (“Sobretaxa” e, em conjunto com a Taxa DI, a “Remuneração”) (“Juros Remuneratórios” ou “Remuneração”). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Início da Rentabilidade, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração

Os juros remuneratórios serão incorporados ao valor nominal unitário das Debêntures e recebidos pela Companhia em uma única parcela na data de vencimento das Debêntures (“Data de Recebimento da Remuneração”), exceto no caso de liquidação antecipada das debêntures em razão da ocorrência de um evento inadimplente, do resgate antecipado facultativo ou da amortização extraordinária facultativa, nos termos desta escritura de emissão.

O Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em parcela única, devida na data de vencimento, a favor da Companhia exceto no caso de liquidação antecipada das debêntures em razão da ocorrência de um evento inadimplente, do resgate antecipado facultativo ou da amortização extraordinária facultativa, nos termos desta escritura de emissão.

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

a) Fornecedores

	30/09/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais	29.389	20.945
Fornecedores provisão	3.324	2.383
Total	32.713	23.328

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 24.

b) Adiantamentos

	30/09/2026	31/12/2025
Adiantamento a fornecedores (*)	7.771	60.436
Total	7.771	60.436

(*) O saldo de adiantamentos a fornecedores refere-se, predominantemente, a valores antecipados a prestadores de serviços vinculados a projetos de infraestrutura da Companhia, cujo cronograma de execução ocorre em etapas específicas. Tais adiantamentos têm por finalidade garantir a continuidade das atividades contratadas, conforme previsto nos respectivos contratos. Em setembro de 2026, R$56.250 foram reclassificados para infraestrutura em construção (nota explicativa nº 10), sem efeito caixa no período (NE 27).

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

13. DEBÊNTURES

	31/12/2025	Custo de captação amortizado	Pagamento Principal	Pagamento Atualização Monetária	Pagamento Juros	Juros Incorporado ao Principal	Provisão juros	Variação monetária	Transferências	30/09/2026
Passivo circulante										
Debêntures	117.822	-	(31.500)	(8.862)	(96.106)	(56.996)	143.265	11.816	31.500	110.939
Custos a amortizar	(13.657)	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.657)
Total	104.165	-	(31.500)	(8.862)	(96.106)	(56.996)	143.265	11.816	31.500	97.282
										-
Debêntures	2.368.362	-	-	-	-	56.996	-	80.251	(31.500)	2.474.109
Custos a amortizar	(124.792)	10.242	-	-	-	-	-	-	-	(114.550)
Total	2.243.570	10.242	-	-	-	56.996	-	80.251	(31.500)	2.359.559
										-
Total geral	2.347.735	10.242	(31.500)	(8.862)	(96.106)	-	143.265	92.067	-	2.456.841
Circulante	104.165									97.282
Não circulante	2.243.570									2.359.559

	31/12/2024	Custo de captação amortizado	Pagamento Principal	Pagamento Atualização Monetária	Pagamento Juros	Juros Incorporado ao Principal	Provisão juros	Variação monetária	Transferências	30/09/2025
Passivo circulante										
Debêntures	40.661	-	(15.750)	(41.165)	(3.520)	-	62.680	7.483	32.618	83.007
Custos a amortizar	(6.147)	4.610	-	-	-	-	-	-	(4.610)	(6.147)
Total	34.514	4.610	(15.750)	(41.165)	(3.520)	-	62.680	7.483	28.008	76.860
Debêntures	1.184.719	-	-	-	-	1.200.000	10.198	39.083	(32.618)	2.401.382
Custos a amortizar	(61.467)	475	-	-	-	(30.509)	-	-	4.610	(86.891)
Total	1.123.252	475	-	-	-	1.169.491	10.198	39.083	(28.008)	2.314.491
Total geral	1.157.766	5.085	(15.750)	(41.165)	(3.520)	1.169.491	72.878	46.566	-	2.391.351
Circulante	34.514									76.860
Não circulante	1.123.252									2.314.491

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	30/09/2026
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,81% a.a.	15/12/2035	1.266.875
Debenturistas - Série 4	IPCA	8,53% a.a.	15/03/2036	1.318.173
(-) Custos de transação - Debêntures				(128.207)
Total				2.456.841
Parcelas do circulante				97.282
Parcelas do não circulante				2.359.559

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	30/09/2025
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,81% a.a.	15/12/2035	1.272.261
Debenturistas - Série 4	IPCA	8,53% a.a.	15/03/2036	1.212.128
(-) Custos de transação - Debêntures				(93.038)
Total				2.391.351
Parcelas do circulante				76.860
Parcelas do não circulante				2.314.491

Vencimento longo prazo em 30/09/2026

2027	17.410
2028	69.638
2029	69.638
2030	171.752
2031 em diante	2.017.463
Total longo prazo	2.345.901

Debêntures - 3ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$10,00, totalizando R$1.050.000. A emissão se deu em série única.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de "Bookbuilding", e. em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento "Bookbuilding", acrescida exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% ao ano.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R$86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 30 de setembro é de 2026 R$56.858 e de R$61.468 (em 31 de dezembro de 2025).

Debêntures - 4ª emissão

Em reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 6 de março de 2025 (RCA da Emissora - 06.03.2025), reunião do conselho de administração da emissora realizada em 05.06.2025 ("RCA da Emissora - 05.06.2025"), reunião do conselho de administração da emissora realizada em 22.08.2025 ("RCA da Emissora - 22.08.2025"), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o nº 86.040/025-0 em 17 de março de 2025, foi aprovada a realização da quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da Companhia, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 1.200 debêntures, com valor nominal unitário de R$1.000,00, totalizando R$1.200.000. A emissão se deu em série única no dia 15 de junho de 2025. As debêntures são simples, não conversíveis em ações de espécie quirografária.

As debêntures têm o prazo de vencimento de 129 meses, com vencimento em 15 de março de 2036 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de "Bookbuilding", e, em todo caso, limitado à taxa 8,53% (oito inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por Dias Úteis decorridos, ase 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir de 15 de setembro de 2026 (data do primeiro pagamento) e os demais pagamento de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente nos semestres subsequentes, sempre no dia 15 dos meses de março e setembro.

O Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização sempre no dia 15 nos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2028.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R$78.560 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 30 de setembro de 2026 é de R$71.349 e de R$76.982 (em 31 de dezembro de 2025).

As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (rating), devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco das debêntures anualmente, a partir da data do primeiro relatório de classificação de risco, até o vencimento das debêntures.

Em 15 de março de 2026, conforme a escritura da 4ª emissão cláusula 4.8.4, os juros remuneratórios do período foram incorporados ao Valor Nominal Unitário, no montante de R$56.996.

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato da 3ª e 4ª emissões de debêntures, os "covenants" financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de cada ano.

Em razão da nova emissão foi concedido "waiver" alterando o índice de alavancagem 3,75 para 5,0x.

Os índices financeiros são:

- Dívida Líquida / EBITDA ≤ 5,0 x.
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) Dívida Líquida / (2) EBITDA ajustado.

(1) Dívida Líquida = soma dos débitos bancários e títulos no mercado de capitais, excluídos os subordinados e os em tesouraria, subtraído do caixa, bancos, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(2) EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

A apuração dos índices financeiros é anual, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro. Em 30 de setembro de 2026, a Companhia monitorou os índices e não identificou indícios de descumprimento, não havendo expectativa de impacto para a apuração de 31 de dezembro de 2026.

14. CREDOR PELA CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível.

ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários.

iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes.

iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R$634.000 a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% é aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 30 de setembro de 2026 é de R$2.189 (R$2.113 em 31 de dezembro de 2025).

Durante o período findo em 30 de setembro de 2026, foi reconhecido no resultado do período o montante de R$18.644 (Em 30 de setembro de 2025, foi reconhecido no resultado R$16.909) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R$42.440. Vigência mínima de 12 meses.

2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R$214.020. Vigência de 12 meses.

15. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco:

	30/09/2026		
	Probabilidade de perda		
Natureza do risco	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	2.318	21.215	23.533
Cíveis e Regulatórios (*)	59.356	247.311	306.667
Ambiental	308	2.879	3.187
Total	61.982	271.405	333.387

	31/12/2025		
	Probabilidade de perda		
Natureza do risco	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	2.093	15.900	17.993
Cíveis e Regulatórios (*)	52.683	83.387	136.070
Ambiental	271	22.723	22.994
Total	55.047	122.010	177.057

(*) A Companhia foi acionada pela Investimentos e Participações S.A. ("INVEPAR") através do procedimento arbitral 110/2022/SEC8, o qual tramita em confidencialidade perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, a fim de discutir entendimentos diversos acerca da retenção de "Earn-out" previsto em "Sales-Purchase Agreement" ("SPA") firmado entre o atual acionista controlador e a INVERPAR em abril/2020 em razão da compra da Companhia.

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	31/12/2025	Constituição	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	30/09/2026
Trabalhistas (a)	2.093	367	(90)	(161)	109	2.318
Cíveis, regulatórios e ambientais (b)	52.954	9.160	(2.088)	(4.913)	4.551	59.664
Total	55.047	9.527	(2.178)	(5.074)	4.660	61.982

Natureza do risco	31/12/2024	Constituição	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	30/09/2025
Trabalhistas (a)	3.728	453	(486)	(482)	(289)	2.924
Cíveis, regulatórios e ambientais (b)	54.417	4.591	(5.966)	(7.212)	156	45.986
Total	58.145	5.044	(6.452)	(7.694)	(133)	48.910

a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis, regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita a riscos decorrentes de demandas judiciais de natureza cível, regulatória e ambiental, relacionadas às atividades desenvolvidas no âmbito da concessão rodoviária.

No âmbito cível, a Companhia figura como parte em processos judiciais ajuizados principalmente por usuários do sistema rodoviário, em decorrência de acidentes e outros incidentes ocorridos nas rodovias sob sua administração.

No âmbito ambiental, a Companhia figura como parte em processos judiciais instaurados, principalmente, por órgãos ambientais, relacionados ao cumprimento da legislação e das obrigações ambientais aplicáveis às suas atividades.

No âmbito regulatório, a Companhia ajuíza ações judiciais com o objetivo de questionar autos de infração, multas e demais penalidades aplicadas pelos órgãos reguladores, decorrentes de alegados descumprimentos de obrigações previstas no Contrato de Concessão.

A Companhia adota as medidas judiciais cabíveis para a defesa de seus interesses, visando ao resguardo de seus direitos e à mitigação dos riscos envolvidos.

c) Riscos possíveis - Cíveis - Procedimento arbitral

A Companhia figurou como parte no procedimento arbitral nº 110/2022/SEC8, o qual tramitou sob sigilo perante a Câmara de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM CCBC), acionado pela Investimentos e Participações S.A. ("INVEPAR") ex-controladora da Companhia à época dos fatos. A sentença arbitral reconheceu o direito da CART à manutenção da retenção de "Earn Out" previsto no "Sales Purchase Agreement" ("SPA") celebrado em abril de 2020 entre o atual acionista controlador e a INVEPAR.

Adicionalmente, a Companhia figurou como parte em procedimento arbitral instaurado em 24 de fevereiro de 2017, no qual a Metha S.A. - Em Recuperação Judicial ("METHA") é a contraparte, tendo por objeto controvérsias oriundas de contrato de execução de obras civis celebrado entre as partes em período anterior à aquisição da Companhia pelo seu atual acionista controlador.

Após a regular instrução do procedimento arbitral, com produção de provas documentais, periciais e técnicas, foi proferida sentença arbitral parcial em 29 de março de 2021. Posteriormente, em novembro de 2023, foi realizada a apuração e compensação de créditos e débitos recíprocos, resultando na obrigação líquida de pagamento pela Companhia no montante de R$97.410, o qual foi integralmente quitado em janeiro de 2024.

Não obstante, a controvérsia sobre a compensação dos créditos entre as partes prosseguiu no âmbito judicial. Nesse contexto, foram instaurados cumprimentos de sentença distintos pelas partes, incluindo demanda ajuizada pela METHA com vistas à cobrança de valores que, segundo a Companhia, já estariam extintos por compensação.

Em decorrência dessas discussões, a Companhia apresentou recurso de apelação que aguarda julgamento, buscando o reconhecimento da plena eficácia da compensação. Destaca-se que já há entendimento favorável à Companhia no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo quanto à validade dessa compensação, ainda pendente de confirmação definitiva.

Os montantes envolvidos na disputa são de R$155 milhões, conforme indicado nos pedidos apresentados pelas partes nos processos judiciais relacionados. Em sessão de julgamento realizada em 11 de agosto de 2026, o Desembargador solicitou vista dos autos, interrompendo o julgamento da apelação interposta pela CART contra a METHA. O feito aguarda inclusão em pauta para retomada do julgamento em sessão presencial, sem decisão de mérito até a presente data.

Para o período findo em 30 de setembro de 2026, a Administração da Companhia reavaliou e concluiu que não há fatos ou fatores que mudem a conclusão anteriormente alcançada no momento da emissão das informações contábeis intermediárias e com base na avaliação de seus assessores jurídicos, classifica o risco de perda como possível.

d) Depósitos judiciais

Natureza Dep. Judiciais	30/09/2026	31/12/2025
Trabalhistas	120	644
Cíveis	199.582	6.924
Tributária	-	1.014
Bloqueios judiciais	130	130
Total	199.832	8.712

Depósitos Trabalhistas - Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Trata-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo a decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 30 de setembro de 2026, o montante é de R$120 (em 31 de dezembro de 2025, o montante é de R$644).

Depósitos Cíveis - garantias

Os depósitos judiciais representam valores vinculados a processos cíveis e tributários, realizados pela Companhia como garantia das respectivas demandas judiciais. Tais depósitos têm como finalidade mitigar a incidência de correção monetária e juros de mora, além de garantir o juízo enquanto os valores objeto de discussão judicial são questionados pela Companhia.

Os depósitos judiciais totalizaram R$199.582 em 30 de setembro de 2026, em comparação a R$7.938 em 31 de dezembro de 2025.

A variação observada decorre, principalmente, do aumento dos depósitos cíveis, que passaram de R$7.938 para R$196.282 no período, em razão do depósito judicial realizado em 11 de junho de 2026, conforme a seguir.

O aumento verificado nos depósitos cíveis no trimestre findo em 30 de setembro de 2026 decorre, do depósito judicial ocorrido em 11 de junho de 2026, no montante nominal de R$190.775, no âmbito do processo nº 1111240-94.2025.8.26.0100, para garantia do juízo enquanto a Companhia discute em recurso a compensação de créditos e débitos recíprocos reconhecidos e apurados entre a CART e a Metha.

Caso o recurso seja provido, o valor poderá ser levantado, por se tratar de garantia processual.

Os saldos de depósitos judiciais são atualizados monetariamente de acordo com as normas vigentes de cada tribunal, sendo os rendimentos reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

16. RECEITAS ACESSÓRIAS ANTECIPADAS

As receitas acessórias antecipadas correspondem aos valores recebidos antecipadamente de parceiros comerciais pela locação da faixa de domínio da concessão para a instalação e operação de infraestrutura de fibra óptica. O reconhecimento no resultado ocorre mensalmente, de forma linear, conforme a apropriação do período de vigência contratual, evidenciando a efetiva prestação do serviço prevista em contrato.

Receitas antecipadas	30/09/2026	31/12/2025
Circulante	12.681	10.721
Não circulante	16.347	25.047
Total receita diferida	29.028	35.768

17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia estabelece provisões para grandes manutenções, quando necessário, com o objetivo de quantificar com precisão o passivo, utilizando a melhor estimativa do custo necessário para cumprir as obrigações vigentes na data do balanço. Essas obrigações referem-se à recomposição da infraestrutura aos padrões exigidos pelo poder concedente. Os ciclos de investimento ocorrem aproximadamente a cada cinco anos.

A composição dos saldos da provisão para manutenção são:

Provisão para Manutenção	31/12/2025	Adições	AVP (*)	Transferências (+/-)	Consumo	30/09/2026
Passivo circulante	27.886	-	-	26.230	(21.920)	32.196
Passivo não circulante	71.857	32.389	(12.099)	(26.230)	-	65.917
Total	99.743	32.389	(12.099)	-	(21.920)	98.113

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Provisão para manutenção	31/12/2024	Adições	AVP (**)	30/09/2025
Passivo circulante	27.886	-	-	27.886
Passivo não circulante	46.868	18.381	790	66.039
Total	74.754	18.381	790	93.925

(*) Trata-se do ajuste a valor presente na data base de 30 de setembro de 2026.

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição dos saldos e movimentação:

Passivo de arrendamento	30/09/2026	30/09/2025
Saldo inicial	20.247	7.131
Adições	2.939	18.095
Juros provisionados	1.466	1.011
Baixas	(1.008)	(233)
Remensuração	(249)	-
Pagamento de juros	(1.466)	(1.011)
Pagamento de principal	(4.047)	(4.283)
Total	17.882	20.710
Passivo circulante	6.720	5.606
Passivo não circulante	11.162	15.104

Para os contratos reconhecidos nos trimestres de 2026, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 10,32% a.a. (10,32% a.a. em 2025).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2026, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R$1.586.775 (R$1.586.775 em 31 de dezembro de 2025), representados por 12.602.598.575 ações (12.602.598.575 ações em 31 de dezembro de 2025), sendo 6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias (sendo 6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2025), integralmente subscritas pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

A redução de capital ocorreu em 9 de março de 2025, passando-o de R$2.451.400 para R$1.586.7745, através de compensação contra a conta de prejuízos acumulados. Tal operação não altera o número de ações ordinárias e preferenciais da companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias. Não há previsão de resgate, indexação, prêmio de conversão ou dividendo prioritário fixo associado às ações. Na hipótese de liquidação, dissolução, falência ou recuperação judicial da Companhia, as ações preferenciais têm prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em relação às ações ordinárias, conforme Art. 5º do Estatuto Social e art. 17 da Lei nº 6.404/76. As ações preferenciais têm ainda o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições das ações ordinárias.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A terceira e quarta emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado não automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 15 de dezembro de 2035, desde que a emissora esteja em mora com quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão; e, ou, qualquer dos índices financeiros ("Covenants").

Na data da deliberação, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as suas obrigações pecuniárias e com os índices financeiros previstos na Escritura de Emissão, não configurando qualquer situação de vencimento antecipado

Em 27 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração em conformidade com o estatuto social e a cláusula mencionada, deliberou a favor da distribuição de dividendos aos acionistas. A distribuição de R$60.410 foi efetivada em 28 de janeiro de 2026.

c) Reserva legal

A Companhia segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

20. RECEITAS

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 30 de setembro de 2026 e de 2025 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

Receitas por natureza	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Receita com arrecadação de pedágio	218.488	605.086	199.555	547.077
Receita acessória	4.656	16.396	5.654	16.554
Impostos	(19.262)	(53.618)	(17.642)	(48.555)
Receita líquida de serviços	203.882	567.864	187.567	515.076
Receita de construção (a)	88.543	157.175	27.181	68.798
Receita total	292.425	725.039	214.748	583.874

(a) A receita de construção é reconhecida exclusivamente para fins contábeis, nos termos da ICPC 01 (IFRIC 12), sem impacto no caixa, pois possui contrapartida integral nos Custos dos Serviços de Construção. Não há incidência de tributos sobre faturamento, uma vez que não há emissão de nota fiscal, tratando-se apenas de reconhecimento contábil da receita e do respectivo custo.

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Base de cálculo de impostos				
Receitas com serviços	223.144	621.482	205.209	563.631
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(6.694)	(18.644)	(6.157)	(16.909)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(1.450)	(4.040)	(1.334)	(3.664)
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	(11.118)	(30.934)	(10.151)	(27.982)
Deduções da receita	(19.262)	(53.618)	(17.642)	(48.555)

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Custo de obra	(88.543)	(157.175)	(27.181)	(68.798)
Provisão para Manutenção	(12.369)	(32.346)	(4.681)	(17.722)
Depreciação e amortizações	(62.261)	(183.595)	(60.463)	(178.307)
Pessoal	(18.100)	(56.780)	(19.848)	(57.853)
Serviços de terceiros (*)	(10.649)	(31.918)	(11.104)	(32.710)
Poder concedente	(6.694)	(18.644)	(6.156)	(16.909)
Conservação e manutenção	(8.543)	(23.792)	(7.491)	(26.317)
Provisão para Contingências	(3.618)	(3.226)	(217)	2.276
Locações de imóveis e máquinas	(4)	(33)	(181)	(537)
Seguros	(429)	(2.161)	(1.068)	(2.673)
Outras receitas e despesas operacionais	(4.477)	(13.203)	(4.316)	(14.749)
	(215.687)	(522.873)	(142.706)	(414.299)
Custo de serviços prestados	(205.524)	(493.750)	(122.141)	(368.251)
Despesas gerais e administrativas	(10.163)	(29.123)	(20.565)	(46.048)
	(215.687)	(522.873)	(142.706)	(414.299)

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, vigilância entre outros.

22. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	01/07/2026 à 30/09/2026	01/01/2026 30/09/2026	01/07/2025 à 30/09/2025	01/01/2025 à 30/09/2025
Rendimentos sobre aplicações financeiras	10.954	34.009	21.825	33.362
Juros sobre debêntures partes relacionadas	40.225	114.853	-	-
Outros	5.529	13.552	62	889
Total receitas financeiras	56.708	162.414	21.887	34.251
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	(31)	(99)	(35)	(120)
Variação monetária passiva	(5.619)	(89.852)	(8.410)	(47.223)
Juros sobre debêntures	(54.079)	(155.723)	(34.002)	(77.964)
Outras despesas financeiras	(2.257)	(12.051)	(2.068)	(3.531)
Total despesas financeiras	(61.986)	(257.725)	(44.515)	(128.838)
Total resultado financeiro	(5.278)	(95.311)	(22.628)	(94.587)

23. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/07/2026 à 30/09/2026	01/01/2026 30/09/2026	01/07/2025 à 30/09/2025	01/01/2025 à 30/09/2025
Numerador básico				
Resultado do período	47.124	71.338	32.425	47.006
Denominador básico e diluído				
Média ponderada das ações (em milhares)	12.602.598	12.602.598	12.602.598	12.602.598
Resultado básico e diluído por ações (em reais - R$)	0,0037	0,0057	0,0026	0,0037

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os períodos de 30 de setembro de 2026 e 2025, não havendo diferença entre o cálculo do lucro líquido por ação básico e diluído.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 30 de setembro de 2026, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

b) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 30 de setembro de 2026 e de 2025, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas Informações financeiras intermediárias para o exercício de 2025, conforme quadro a seguir:

	30/09/2026			31/12/2025		
Instrumentos financeiros	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Nível	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Nível
Ativos						
Caixa e equivalentes	264.361	-	-	373.010	-	-
Aplicações financeiras	68.720	-	2	51.025	-	2
Depósitos judiciais	199.832	-	-	8.712	-	-
Partes relacionadas	561	-	-	960	-	-
Contas a receber	56.820	-	-	49.192	-	-
Debêntures	1.128.530	-	-	1.013.677	-	-
Outros	9	-	-	9	-	-
Total do ativo	1.718.833	-	-	1.496.585	-	-
			-			-
Fornecedores	-	32.713	-	-	23.328	-
Partes relacionadas	-	447	-	-	1.272	-
Debêntures	-	2.456.841	2	-	2.347.735	2
Concessão de serviço público	-	2.189	-	-	2.113	-
Passivo de Arrendamento	-	17.882	-	-	20.247	-
Outras contas a pagar	-	1.511	-	-	1.178	-
Total do passivo	-	2.511.583	-	-	2.395.873	-

A Administração da Companhia informa que os fatores de riscos que está exposta são:

a) Metodologias utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. A determinação do valor justo dos instrumentos financeiros considera as condições de mercado vigentes na data do balanço, bem como as características específicas de cada ativo e passivo.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

(i) Os saldos de contas a receber e fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.

(iii) Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas Informações financeiras intermediárias em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R$ 264.361 em 30 de setembro de 2026 (R$ 373.010 em 31 de dezembro de 2025) e Aplicações financeiras de R$ 68.720 em 30 de setembro de 2026 (R$ 51.025 em 31 de dezembro de 2025). O caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

b) Exposição a riscos de créditos

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todos o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia apresenta valores a receber de R$56.820 (R$49.192 em 31 de dezembro de 2025), sendo 98,9% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação - “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 8 e nº 9, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha.

c) Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e debêntures.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das Informações financeiras intermediárias e incluem os pagamentos de juros contratuais:

30 de setembro de 2026	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 ano
Debêntures (Passivo)	2.456.841	4.791.834	136.305	4.655.529
Debêntures (Ativo)	(1.128.530)	(3.390.140)	-	(3.390.140)
Fornecedores	32.713	32.713	32.713	-
Partes relacionadas	447	447	447	-
Credor pela concessão	2.189	2.189	2.189	-
Passivo de arrendamento	17.882	27.071	7.403	19.668
Outras contas a pagar	1.511	1.511	1.511	-
Total	1.383.053	1.465.625	180.568	1.285.057

31 de dezembro de 2025	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 ano
Debêntures	2.347.735	2.736.514	273.652	2.462.862
Fornecedores	23.328	23.328	23.328	-
Partes relacionadas	1.272	1.272	1.272	-
Credor pela concessão	2.113	2.113	2.113	-
Passivo de arrendamento	20.247	30.651	8.382	22.269
Outras contas a pagar	1.178	1.178	1.178	-
Total	2.395.873	2.795.056	309.925	2.485.131

e) Análise de sensibilidade

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.

As taxas consideradas foram:

30/09/2026 Referência para ativos financeiros	Cenário provável
CDI Ativo (% ao ano)	13,25%
CDI Passivo (% ao ano)	13,25%
IPCA Passivo (% ao ano)	5,22%

31/12/2025 Referência para ativos financeiros	Cenário provável
CDI Ativo (% ao ano)	12,15%
CDI Passivo (% ao ano)	12,15%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,05%

Os indicadores utilizados para 2026 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 16/10/2026.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em 30 de setembro de 2026, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	Exposição em 30/09/2026	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos e passivos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	264.361	CDI	13,25%	35.028
Aplicações financeiras vinculadas	68.720	CDI	13,25%	9.105
Debêntures (*)	1.128.530	CDI	13,25%	149.530
Debêntures (*)	(2.456.841)	IPCA	5,22%	(128.247)
Total	(995.230)			65.416

Instrumentos	Exposição em 31/12/2025	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos e passivos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	373.010	CDI	12,15%	45.321
Aplicações financeiras vinculadas	51.025	CDI	12,15%	6.200
Debêntures (*)	1.013.677	CDI	12,15%	123.162
Debêntures (*)	(2.347.735)	IPCA	4,05%	(95.083)
Total	(910.023)			79.599

(*) O montante equivalente a 100% das debêntures da Companhia está sujeita à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros do IPCA e aplicação financeira sujeita ao CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

25. SEGUROS E GARANTIAS

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Tipo Seguro/Garantia	Total
D&O	25.907
Frotas - RCF	127.000
Garantia – Ampliações (a)	79.267
Garantia – Operações (b)	469.696
Garantia Judicial	1.822.599
Responsabilidade Civil Geral (c)	389.162
Risco de Engenharia - Endosso 3	312.365
Risco Diversos – Equipamentos	32.214
Risco Operacional (d)	2.278.137
Seguro Patrimonial	48.967
Total Geral	5.585.314

a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

c) Danos causados a terceiros decorrentes da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.

d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

26. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

A seguir são divulgadas as transações do período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	30/09/2026	30/09/2025
Passivo de Arrendamento	2.939	18.095
Remensuração	249	-
Adiantamento Intangível	56.250	-
Incorporação Juros Debêntures	56.996	-
Baixa Adiantamento Intangível	1.875	-
Saldo de fornecedor no fim do período	21.152	12.493
	139.461	30.588

José Henrique de Ávila
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro/RI

Domingos A. B. Mesquita
Contador CRC 1SP286185/O-9

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate - Edifício 2 - Bloco B - CEP:13069-330 - Campinas - SP - Brasil

Tel.: + 55 (19) 3707-3000
Fax: + 55 (19) 3707-3001
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e à Diretoria da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado - DVA referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional AS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às
informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores comparativos

As Informações Trimestrais - ITR, mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações financeiras correspondentes às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do trimestre findo em 30 de setembro de 2025, obtidas das
informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, obtido das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2025 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 13 de novembro de 2025 e 27 de fevereiro de 2026, respectivamente, sem ressalvas.

Campinas, 12 de novembro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
69087

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Considerações Finais

PERSPECTIVA E PLANOS

A CART segue comprometida com a excelência na gestão de suas rodovias, essenciais para a fluidez do transporte de cargas entre São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, garantindo qualidade e segurança aos usuários. Nos últimos anos, importantes investimentos foram concluídos, incluindo a duplicação de trechos, conservação especial de pavimento, obras de arte especial e sinalização, além novas marginais.

Além das melhorias na infraestrutura, a Companhia consolidou e aprimorou iniciativas estratégicas, como o programa ESG, que fortalece seu compromisso com a sustentabilidade, e o INOVACART, voltado para a inovação. Com uma gestão focada em evolução contínua, a CART reafirma seu papel como referência no setor rodoviário.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2026: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC R 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

CONSIDERAÇÕES

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 80/22)

A Diretoria da Concessionária Auto Raposo Taveres S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 30 de setembro de 2026.

Bauru, 12 de novembro de 2026

Henrique Avila - CEO
Presidente

Gilson Carvalho
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Considerações Finais

PERSPECTIVA E PLANOS

A CART segue comprometida com a excelência na gestão de suas rodovias, essenciais para a fluidez do transporte de cargas entre São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, garantindo qualidade e segurança aos usuários. Nos últimos anos, importantes investimentos foram concluídos, incluindo a duplicação de trechos, conservação especial de pavimento, obras de arte especial e sinalização, além novas marginais.

Além das melhorias na infraestrutura, a Companhia consolidou e aprimorou iniciativas estratégicas, como o programa ESG, que fortalece seu compromisso com a sustentabilidade, e o INOVACART, voltado para a inovação. Com uma gestão focada em evolução contínua, a CART reafirma seu papel como referência no setor rodoviário.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2026: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC R 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

CONSIDERAÇÕES

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 80/22)

A Diretoria da Concessionária Auto Raposo Taveres S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 30 de setembro de 2026.

Bauru, 12 de novembro de 2026

Henrique Avila - CEO
Presidente

Gilson Carvalho
Diretor de Relações com Investidores